

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**ANGÉLICA DE ANDRADE FIORINI**

**SINDICALISMO RURAL NO BRASIL**

**Curitiba**

**2015**

**ANGÉLICA DE ANDRADE FIORINI**

**SINDICALISMO RURAL NO BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial  
grau de Especialista em Sociologia Política, da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Luis Domingos Costa

CURITIBA

2015

## SUMÁRIO

RESUMO.....	04
ABSTRACT.....	05
1 INTRODUÇÃO.....	06
2 ASPECTOS GERAIS DO SINDICALISMO.....	08
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO.....	08
2.2 CONCEITO DE SINDICATO.....	10
3 SINDICALISMO RURAL NO BRASIL.....	12
3.1 SURGIMENTO DO SINDICALISMO RURAL.....	12
3.2 LUTAS E MOVIMENTOS SINDICAIS.....	14
4 SINDICALISMO RURAL NOS DIAS ATUAIS.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	25

## **RESUMO**

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo primeiramente apresentar um breve histórico sobre o sindicalismo de modo geral, mostrando de que forma, historicamente, o sindicalismo como prática institucional de organização de trabalho, se insere no debate político da sociedade.

Posteriormente, o estudo bibliográfico expõe sobre como se deu o surgimento do sindicalismo rural no Brasil, bem como as lutas e movimentos antecedentes que de certo modo contribuíram para a formação do sindicalismo rural no país.

Por fim a pesquisa relaciona os aspectos gerais do sindicalismo rural nos dias atuais.

Palavras-chave: Sindicalismo, sindicalismo rural, lutas e movimentos sindicais rurais.

## **ABSTRACT**

The academic work aims to present a brief history about syndicalism in general, showing how the syndicalism, in history, as a institutional practice of work organization, It is part of the political debate in society.

After, the bibliographical study exposes how did the rural unionism emerge in Brazil, just like their struggles and movements that contributed with the formation of rural syndicalism in Brazil.

Keywords: Unionism, syndicalism rural, struggles and rural trade union movements.

## 1 INTRODUÇÃO

O sindicalismo surgiu como uma forma primitiva do movimento operário em um sistema capitalista, tendo em vista que o trabalhador sozinho não possui força suficiente para se defender diante do patrão em um sistema capitalista, assim, os trabalhadores começaram a se organizar em sindicatos.

A principal técnica utilizada como "arma" é a greve. Assim, utilizando referida técnica, o poder tende a ser um pouco mais igualitário.

A partir dos anos 1930 os estudos sobre as relações desenvolvidas no campo ganharam destaque, pois nessa época as organizações de movimentos rurais se iniciaram, ficando em evidência os conflitos acarretados por uma política excludente para o trabalhador rural e benéfica para a produção agrícola.

Deste modo, somente com o início das ligas camponesas, em 1930 e com o movimento dos trabalhadores em terra, em 1980, foi que o campo recebeu a devida atenção, que anteriormente não lhe era dada.

O meio rural não era devidamente estudado, mesmo com o fato de que a questão social estava mais presente neste do que no meio urbano, sendo que em 1950 a população brasileira era de 51.944.397 habitantes, dos quais 68,83% estavam no meio rural e 36,16% no meio urbano. (GIRARDI, 2011).

Leila de Menezes Stein<sup>1</sup> demonstra que devido às pressões sociais, o Estado brasileiro reconheceu o direito a representação sindical com mecanismos políticos e institucionais que de certo modo incluíram os trabalhadores rurais no jogo político do poder.

Assim, o trabalho irá expor um histórico sobre o sindicalismo, juntamente com os conceitos dados ao sindicalismo e posteriormente como se deu o surgimento dos sindicatos no campo.

Serão analisadas as lutas e os movimentos sindicais no meio rural que contribuíram para que os sindicatos rurais surgissem e como ganharam força com o passar dos anos e por fim será demonstrada a situação dos sindicatos rurais nos dias atuais.

---

<sup>1</sup> STEIN, L. M. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008, p. 22.

Para realização do presente trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, ou seja, levantamento e seleção de toda bibliografia publicada sobre o assunto pesquisado. (LAKATOS, MARCONI, 1993, p.66).

## CAPÍTULO 1

### 2 ASPECTOS GERAIS DO SINDICALISMO

#### 2.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A matriz histórica da organização sindical atual surgiu sintonizada com o desenvolvimento industrial, que tem por base “a revolução industrial” na Inglaterra, no final do século XVIII e começo do século XIX. Ali nascia o capitalismo atual e o sindicalismo.

Mas se o berço do sindicalismo é industrial, isso não foi limitação à sua expansão para outros setores da economia. Podemos dizer que o sindicalismo é o sistema de organização político-social dos trabalhadores, tanto urbano-industrial como rurais e de serviços.

Desde os primórdios da humanidade, os homens reuniam-se para defender seus interesses espirituais ou materiais, individuais ou coletivos, para desenvolver suas qualificações pessoais e proteger sua personalidade contra agressões de outras comunidades ou violências ocorridas dentro do próprio grupo. (BATALHA, 1992, p.17)

Betty S. Abramowicz<sup>2</sup> afirma que há a possibilidade de descrever uma história geral das lutas operárias, entretanto, a verdade é que ela possui características específicas dependendo do país e também possui uma evolução diferenciada, tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo em cada país e suas classes sociais.

Wilson de Souza Campos Batalha<sup>3</sup> aborda a Revolução francesa como a revolução da burguesia contra a nobreza e o clero, de modo que a revolução não se preocupou devidamente com a classe trabalhadora, sendo que seus objetivos eram no sentido de prevalecer a burguesia e eliminar as organizações intermediárias entre o Estado e o indivíduo.

A Lei *Le Chapelier* de 1791 proibiu as coalizões e greves na França e foi somente em 1864 que as coalizões deixaram de ser consideradas como delitos, logo após a Lei de 21 de março de 1884, na França, tornou legal os agrupamentos permanentes destinados à defesa dos interesses profissionais. Assim, após o direito de associação sindical ser reconhecido, a Lei 1.7.1901 assegurou a liberdade de associação.

---

<sup>2</sup> ABRAMOWICZ, Betty Schiffnagel. *O que todo cidadão precisa saber sobre Greves*, São Paulo, Global, 1986, p. 15.

<sup>3</sup> BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicatos Sindicalismo*, São Paulo, LTr, 1992, p. 22.



Para Wilson de Souza Campos Batalha<sup>4</sup> o sindicalismo Francês assegurou a plena expansão da individualidade, pois as organizações sindicais possuíam caráter privado, vinculadas ao exercício de liberdades individuais, assim os sindicatos não apagavam a individualidade de seus integrantes. O sindicato era um elemento de organização e coordenação, mas isto não o tornava um elemento de superação das individualidades.

De modo que, na França, foi constituído o direito de sindicalização como um dos direitos do homem com vinculação aos pressupostos de liberdade. (BATALHA, 1992, p. 23).

Ainda, de acordo com Wilson de Souza Campos Batalha<sup>5</sup>, na Itália a repressão legal ao sindicalismo foi até 1889. Logo, com a fase constitucional em 1948, a constituição italiana republicana atribuiu caráter privado às entidades sindicais e passou a assegurar a liberdade sindical e o pluralismo das organizações.

Já no Brasil, o sindicalismo não veio por meio de conquistas, mas por outorga dos poderes públicos. O sindicalismo nacional nasceu pacífico, atrelado ao Estado, pois havia uma intromissão estatal em sua organização, eleição ou cassação de dirigentes e uma intervenção na vida sindical.

Foi na década de 1980 que os sindicatos começaram a promover greves de ilegalidade manifesta e demonstrar sua existência autônoma. Foi o período em que houve maior liberalização ao Estado, possibilitando uniões sindicais e liberdade de organização, elaboração de estatutos, eleição de dirigentes sem vínculo político ou convicção ideológica. (BATALHA, 1992, p. 12).

Posteriormente, com a Constituição Federal de 1988, foi conferida aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, seja em questões judiciais ou questões administrativas. Essa defesa ocorre de direito próprio, independentemente de mandato expresso ou tácito.

Desta forma, o sindicato pode agir em nome dos associados ou não associados, pertencentes à categoria que demonstrem interesse. Assim a atividade será exercida por direito próprio para defesa de direito alheio. Quando a representação foi autorizada por mandato, ocorrerá a representação do associado específico. (BATALHA, 1992, p. 49).

---

<sup>4</sup> BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicatos Sindicalismo*, São Paulo, LTr, 1992, p. 23.

<sup>5</sup> BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicatos Sindicalismo*, São Paulo, LTr, 1992, p. 23.

Para Armando Boito Jr.<sup>6</sup> após o período ditatorial, o movimento sindical se reorganizou de modo extremamente rápido, tendo em vista que durante esse período a estrutura sindical permaneceu intacta, pois os governos militares não tentaram destruir a referida estrutura, mas sim controlá-la.

De acordo com o mesmo autor<sup>7</sup>, foi no final dos anos 70 que as novas lideranças sindicais, dentro e fora da estrutura oficial, começaram a se articular. Um dos marcos foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais que ocorreu em 1978 no Rio de Janeiro.

Conforme Armando Boito Jr.<sup>8</sup> a formação das centrais sindicais é uma expressão da organização e do espaço que o sindicalismo ocupa na vida política e econômica do país, pois trata-se de um elemento essencial para o exercício do poder sindical.

## 2.2 CONCEITO DE SINDICATO

Wilson de Souza Campos Batalha<sup>9</sup> afirma que o sindicato é uma pessoa jurídica de direito privado a que se confere legitimidade para que ocorra a substituição processual dos interesses coletivos das categorias econômicas, em relação às empresas ou profissionais, em relação aos empregados e também dos interesses individuais dos integrantes das mesmas categorias.

O sindicato é um agrupamento de pessoas onde elas exercem uma mesma atividade profissional e acordam entre si, de maneira duradoura e com organização interna, suas atividades e recursos para assegurar a defesa e a representação de sua profissão, como também melhorar suas condições de existência. (DURAND, 1947, p. 40).

A CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) em seu artigo 511 trata sobre a associação sindical:

---

<sup>6</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 13.

<sup>7</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 15.

<sup>8</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 40.

<sup>9</sup> BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicatos Sindicalismo*, São Paulo, LTr, 1992, p. 56.

Art. 511. É lícita a associação para fins de e coordenação dos seus interesses econômicos ou profissionais de todos os que, como empregadores, empregados, agentes ou trabalhadores autônomos ou profissionais liberais exerçam, respectivamente, a mesma atividade ou profissão ou atividades ou profissões similares ou conexas.

Alice Monteiro de Barros<sup>10</sup> define sindicato como uma associação profissional como representante legal da categoria devendo ser reconhecida pelo Estado.

A base lógica dos sindicatos está relacionada à união dos operários para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho. (Marx, Engels, 1981, p. 9).

Ademais, não se admite a figura do sindicato de empresa, onde há trabalhadores de certas empresas e também não se admite a figura do sindicato “misto”, pois o sindicato deve representar ou uma categoria econômica ou uma categoria profissional. Essa categoria leva em conta a identidade das atividades exercidas, tendo em vista o trabalho ou a empresa. (BATALHA, 1992, p. 57).

---

<sup>10</sup> BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*, São Paulo, LTr, 2009, p. 1237.

## CAPÍTULO 2

### 3 SINDICALISMO RURAL NO BRASIL

#### 3.1 SURGIMENTO DOS SINDICATOS RURAIS

Sandra Mara Semann Acerbi<sup>11</sup> afirma que o objetivo de fundação de um sindicato é a representação dos interesses coletivos e individuais da categoria. A iniciativa deve partir da base, pois somente conscientizando sobre a necessidade de união na defesa dos interesses de uma categoria, irá assegurar o desempenho do grupo.

Produtores rurais, empresários ou empregadores rurais com a finalidade de defender seus interesses econômicos compõe o sindicato rural. (ACERBI, 1995, p. 10).

Os sindicatos rurais existem no Brasil desde os anos 50, contudo, na década de 60 foi ampliada a criação dos sindicatos por iniciativa do próprio governo e da igreja, pois era um modo de barrar o crescimento das Ligas Camponesas e assim controlar a luta dos trabalhadores através do controle de suas organizações. (FERNANDES, 1997, p. 67).

Otília Fernandes<sup>12</sup> expõe sobre a organização dos sindicatos rurais de forma equivalente a estrutura dos sindicatos urbanos, sendo – Sindicato, Federações Estaduais, Confederação Nacional – sob o controle do Estado por meio do Ministério do Trabalho.

Na década de 60, no período do regime militar, os sindicatos eram apenas órgãos assistenciais. Conforme a luta geral no país foi avançando, a luta no campo também avançou e se fortaleceu dando outro rumo às suas ações. Outros sindicatos foram criados e as lutas tiveram um rumo político no sentido de transformações mais profundas na realidade agrária brasileira por meio da luta pela reforma agrária, pela democracia no país e por melhores condições de vida. (FERNANDES, 1997, p. 67).

Armando Boito Jr<sup>13</sup> aponta que em 1981, ocorreu a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Sendo que o campo participou com 348 sindicatos, 17

---

<sup>11</sup> ACERBI, Sandra Mara Semann. *Sindicato Rural, Administração e Serviços*, São Paulo, LTr, 1995, p.10.

<sup>12</sup> FERNANDES, Otília. *A questão Agrária no Brasil, ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*, Minas Gerais, Sinpro, 1997, p. 67.

Federações e com sua Confederação, a CONTAG (Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura).

Para o autor a participação efetiva nos grupos de trabalho e uma atuação conjunta no plenário, por parte dos trabalhadores rurais, chamou a atenção de operários fabris, funcionários públicos, assalariados médios e trabalhadores ali presentes na Conferência, mas também chamou a atenção de estudiosos do sindicalismo no Brasil.

Para diferenciar o sindicalismo urbano do rural, Armando Boito Junior<sup>14</sup>, citando Palmeira<sup>15</sup>, afirma que os sindicatos urbanos se desenvolveram sobre a oposição esquerda/Estado e o sindicalismo rural se desenvolveu sobre a oposição esquerda/Igreja, ficando o Estado distante no início.

Assim, os sindicatos de trabalhadores rurais se institucionalizaram com acesso à liberdade democrática e suas correntes disputaram seu reconhecimento junto ao Estado.

A Igreja também desenvolveu um papel direto na fundação dos sindicatos no campo, pois de acordo com o entendimento de Armando Boito Junior<sup>16</sup>, a Igreja católica mesmo tendo apoiado o golpe, não impediu a intervenção do Ministério do Trabalho na CONTAG, mas amenizou as intervenções nos sindicatos tidos como “de Igreja”.

Em 1968 houve uma reorganização, pois o regime militar estabeleceu o sindicato único de base municipal, assim só havia lugar para uma Federação por estado.

Diante dessas novas condições a CONTAG começou a se basear em um discurso com ênfase na sua autonomia frente aos partidos, frente à Igreja Católica e frente ao Estado. Tal discurso tornou-se fundamental para a implantação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) em nível nacional.

A CONTAG podia falar pelos “companheiros do campo”, pelo fato de que ela era reconhecida e se reconhecia como independente e autônoma. Contudo no início da década de 80, a CONTAG não era a única referência para as questões fundiárias e de reivindicações de política agrícola. Deste modo, houve um afastamento entre a CONTAG e novos sindicalistas

---

<sup>13</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 173.

<sup>14</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 175.

<sup>15</sup> M, Palmeira. *Diversidade da Luta no Campo: luta camponesa e diferenciação social*, São Paulo, Loyola, 1985.

<sup>16</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 176.

aliados a sindicalistas tradicionais renovados, assim, tal afastamento trouxe uma controvérsia entre a “unidade sindical” e o “novo sindicalismo” em torno da fundação da Central Única de Trabalhadores (CUT). (BOITO JUNIOR, 1991, p. 184).

No entendimento de Armando Boito Junior<sup>17</sup> a decolagem do denominado “novo sindicalismo” no campo teve como momento decisivo para afastar o monopólio da representação da CONTAG, o IV Congresso, realizado em maio de 1985.

O mesmo autor conclui que a década de 80 teve diversas correntes sindicais e movimentos sociais que se tornaram obstáculos para que a CONTAG se tornasse uma espécie de central camponesa, congregando todas as categorias de trabalhadores do campo, sem levar em conta as centrais sindicais existentes.

Apesar desses desafios, a década de 80 demonstrou outros impasses tendo em vista a organização rural no campo, sendo eles, a dificuldade de estabelecer competências, articulações e fronteiras entre as associações de pequenos produtores e os sindicatos ou entre os sindicatos e os movimentos como dos Sem Terra, dos Trabalhadores Atingidos por Barragens, Seringueiros, Povos da Floresta. (BOITO JUNIOR, 1991, p. 193).

### **3.2 LUTAS E MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS**

Um dos maiores problemas da sociedade brasileira reside na injustiça distributiva praticada no país, com efeito, a prática de uma justiça distributiva no Brasil passa por uma justiça no campo, tendo como instrumento a Reforma Agrária. (GIORDANI, 1998, p. 34).

O desenvolvimento do capital na agricultura é incentivado pelas políticas do governo. Otávia Fernandes<sup>18</sup> afirma que a presença do capital no campo trouxe mudanças para o trabalho rural. Exemplifica expondo que em algumas áreas, os pequenos produtores são forçados a utilizarem tecnologia moderna para produzirem seus produtos, entretanto acabam efetuando empréstimos bancários e assim acabam trabalhando sob a dependência do capital, que é concentrado nas mãos de poucos.

---

<sup>17</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 184.

<sup>18</sup> FERNANDES, Otávia. *A questão Agrária no Brasil, ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*, Minas Gerais, Sinpro, 1997, p. 41.

Para a autora<sup>19</sup> a luta dos trabalhadores rurais é contra a expropriação da terra e contra a exploração do trabalho, assim, luta de todos os trabalhadores é uma só, pois em plano geral, a luta é contra a dominação do capital e contra a concentração da propriedade da terra.

Os trabalhadores camponeses, principalmente os pequenos proprietários enfrentam a luta contra as políticas do governo que tendem a beneficiar os interesses dos grandes proprietários. Tornando a luta um enfrentamento com o Estado pelo acesso ao seu poder em relação ao acesso ao crédito, definição de preços, assistência técnica, etc. (FERNANDES, 1997, p. 29).

A luta política busca mudanças no acesso à terra , nas relações de trabalho, nas condições de vida e nas relações de poder. É a luta das classes trabalhadoras contra as classes dominantes.

Quando os trabalhadores começaram a ser expulsos de suas terras, tendo em vista o avanço do capital no campo, mais precisamente no final da década de 70, a luta pela terra se tornou mais ampla e expressiva. Assim, fora da organização legal, conhecida como sindicato, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – o M.S.T.

O M.S.T. contribuiu para tornar o campo como um protagonista político e sujeito social de extrema importância diante das lutas pelo acesso a terra e para a aplicação de políticas sociais públicas, como por exemplo, saúde, educação, moradia, saneamento, etc.

Em 1984 foi realizado o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, no Paraná, e então criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Otília Fernandes<sup>20</sup> define o M.S.T. como uma organização forte de caráter nacional, com princípios e objetivos que vão além da luta das diversas categorias de trabalhadores que o movimento engloba. Possui como base os camponeses sem nenhuma terra e sem trabalho, mas também há parceiros, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários com pouca terra, assalariados e filhos de produtores rurais.

O M.S.T. é um movimento social de massas com caráter sindical popular e político e possui três objetivos: 1- Luta pela terra: possui caráter sindical que busca conquistar terras

---

<sup>19</sup> FERNANDES, Otília. *A questão Agrária no Brasil, ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*, Minas Gerais, Sinpro, 1997, p. 27.

<sup>20</sup> FERNANDES, Otília. *A questão Agrária no Brasil, ensaio sobre as lutas sociais no meio rural*, Minas Gerais, Sinpro, 1997, p. 69.

como forma de trabalho e de sobrevivência de suas famílias. 2- Luta pela reforma agrária: possui caráter social que busca mudanças na estrutura fundiária e em toda a agricultura brasileira de forma a atingir todos os trabalhadores sem terra, do campo e da cidade. 3- Luta por uma sociedade mais justa: possui caráter político que busca mudanças na organização da sociedade. (FERNANDES, 1997, p. 69).

Entidades sindicais são influenciadas pelo M.S.T., pois é um movimento de trabalhadores de grande importância no Brasil, tendo em vista sua organização e sua força, de modo que envolve milhares de trabalhadores em todo ao país, pelo fato de seu caráter de luta política que envolve a problemática da questão agrária e mostra a força dos trabalhadores organizados diante do governo e das classes dominantes.

Para Débora Franco Lerrer<sup>21</sup> o M.S.T. hoje está mais maduro, conhecem melhor a realidade do Brasil e a decepção da política da reforma agrária, deste modo, ponderam com uma realidade sem perspectiva em médio prazo.

Armando Boito Jr.<sup>22</sup> afirma que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura é o maior legado das lutas sociais ocorridas no campo brasileiro nos anos 60, pois com ela houve a possibilidade de afastar o isolamento que comprometia a eficácia e a repercussão políticas dessas lutas sociais.

A CONTAG tornou-se um ponto de chegada para centenas de sindicatos fundados por diferentes atores e intenções. A confederação oferecia a possibilidade de integração com o chamado “Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais” (MSTR). (BOITO JUNIOR, 1991, p.175).

Betty Schiffnagel Abramowicz<sup>23</sup> descreve que as greves que se iniciaram em 1978 estavam agitando as cidades ainda no ano de 79 e um novo movimento surpreendeu o patronato agrícola. Foi a primeira vez, desde o golpe militar de 1964, que os trabalhadores do campo pleitearam aumentos salariais e outras reivindicações através da paralização do trabalho.

---

<sup>21</sup> LERRER, Débora Franco. *A militância como devoção: A primeira geração de militantes do MST*. Cadernos CERU, série 2, v. 20, n. 2, dezembro de 2009. P. 159.

<sup>22</sup> BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991, p. 174.

<sup>23</sup> ABRAMOWICZ, Betty Schiffnagel. *O que todo cidadão precisa saber sobre Greves*, São Paulo, Global, 1986, p. 49.



Ainda no entendimento da autora, um marco histórico do movimento grevista no Brasil, foi a greve dos cortadores de cana de Pernambuco em 1979.

Uma das regiões em que o trabalhador rural obteve maior grau de organização foi a região da Zona da Mata, em Pernambuco, sendo referida organização através de sindicatos de trabalhadores rurais ou das Ligas Camponesas.

Contudo, o movimento militar atingiu tal organização e muitas de suas lideranças foram presas ou cassadas. Apesar do ocorrido, os sindicatos se reconstruíram aos poucos para assumir o papel na luta pelo cumprimento da legislação trabalhista para os trabalhadores da agricultura, reestabelecendo-se uma continuidade entre as lutas do passado e do presente, de modo que, os sindicatos, com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco, mobilizaram cerca de 1000.000 trabalhadores para a greve de 1979. (ABRAMOWICZ, 1986, p. 50).

Durante o III Congresso Nacional de Trabalhadores na Agricultura surgiu a ideia de organizar a greve, tendo em vista o questionamento quanto à política salarial do governo e a lei de greve. Com os sindicatos melhor estruturados começaram as mobilizações.

Como havia o temor da repressão, desde o início os sindicatos realizaram o movimento dentro das normas legais, assim, posteriormente a data foi fixada para o período do corte de cana, em outubro, deste modo, conseguiram evitar que os patrões negociassem as conversações.

Cerca de 70.000 trabalhadores participaram diretamente da decisão de decretar a greve, tendo como resposta dos patrões para tal mobilização, o pedido de mais tempo para que pudessem negociar novos preços para o açúcar com o governo, pois sem isso não iriam conseguir atender as reivindicações. (ABRAMOWICZ, 1986, p. 52).

O acordo ocorreu em 9 de outubro, para a autora<sup>24</sup> o acordo foi excelente para os trabalhadores, pois a maioria das 32 cláusulas que estavam na pauta inicial foi atendida, tendo como um dos itens mais importantes, junto com o aumento concedido, a adoção de uma tabela de cálculo da produtividade, de modo que impedia os usineiros de manipular os valores de pagamento e obter desta forma uma taxa maior, causando a exploração da mão de obra.

---

<sup>24</sup> ABRAMOWICZ, Betty Schiffnagel. *O que todo cidadão precisa saber sobre Greves*, São Paulo, Global, 1986, p. 53.

Betty Schiffnagel Abramowicz<sup>25</sup> expõe que a greve dos cortadores de cana da Zona da Mata de Pernambuco foi vitoriosa e deixou uma estrutura reforçada, uma liderança combativa e uma base com mais facilidade de mobilização.

---

<sup>25</sup> ABRAMOWICZ, Betty Schiffnagel. O que todo cidadão precisa saber sobre Greves, São Paulo, Global, 1986, p. 54.

## CAPÍTULO 3

### 4 SINDICALISMO RURAL NOS DIAS ATUAIS

O Sindicato Rural é um órgão de defesa da classe. Conforme Sandra Mara Semann Acerbi<sup>26</sup> o associado também deve participar da vida sindical e não apenas comparecer quando houver convocação.

Há previsão de direitos e deveres gerais nos estatutos dos sindicatos, sendo eles:

#### Direitos:

- a) Tomar parte, votar e ser votado, nas Assembleias Gerais desde que esteja inscrito no quadro social há mais de 6 (seis) meses, exerça atividade rural há mais de 2 (dois) anos e esteja em gozo dos direitos sindicais;
- b) Propor a Diretoria medidas de interesse do Sindicato, desde que endossada a proposição pela assinatura de mais de 30 (trinta) associados.

#### Deveres:

- a) Pagar pontualmente as contribuições determinadas em Estatuto;
- b) Prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance;
- c) Comparecer às Assembleias Gerais e votar.

O produtor rural possui voz por meio do Sistema Sindical Rural, que é composto por Sindicatos Rurais Municipais, Federações de Agricultura e Pecuária dos Estados e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

---

<sup>26</sup> ACERBI, Sandra Mara Semann. Sindicato Rural, Administração e Serviços, São Paulo, LTr, 1995, p. 99.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil é o órgão máximo do sistema, logo abaixo estão as Federações que atuam em âmbito estadual. Já na base estão os Sindicatos Rurais que apoiam o produtor rural diretamente na solução de problemas locais em forma de associação.

Deste modo, conseguimos ter presença do sistema sindical rural em todo o país.

A partir da vigência da Constituição Federal de 1988 o Sindicalismo no Brasil ganhou mais autonomia e liberdade. Entretanto, para a subsistência do sistema sindical, é necessário que os que militam nessa área, sempre busquem conhecimento, modernização e criatividade, para assim ter um melhor preparo e competência perante o sistema.

Os artigos 578 a 610 da CLT tratam sobre a contribuição sindical, sendo que os recursos arrecadados com a essa referida cobrança são o sustento do Sistema Sindical Rural.

Ademais, para os contribuintes que pagam a contribuição sindical rural lhe é garantido o direito de usufruir dos serviços prestados pelo sindicato rural do município onde seu imóvel está localizado, sempre de acordo com o estatuto do sindicato.

Os sindicatos devem representar e defender os direitos dos trabalhadores rurais em defesa dos direitos trabalhistas e no combate ao trabalho infantil e escravo. Deve defender a previdência rural, a educação e saúde para o campo, a reforma agrária e o crescimento da agricultura familiar.

O Sindicato dos trabalhadores rurais deve ser organizado e capacitado para elaborar rescisões contratuais para os trabalhadores rurais e declarações de aposentadorias rurais,

De acordo com o artigo 521 da CLT, o sindicato é proibido de fazer política partidária, pois a finalidade deve ser defender os interesses econômicos ou profissionais de seus filiados.

O sindicato também deve prestar serviços aos seus associados, como por exemplo, lazer, educação, serviços odontológicos, assistência médica e jurídica, etc. (NASCIMENTO, 2004, p. 1043).

Entretanto, ocorre que a principal preocupação dos sindicatos rurais é em relação ao acesso à propriedade da terra, deixando a luta por melhores salários, por exemplo, em segundo plano.

Ademais, os sindicatos devem cumprir com sua função social, pois sua prerrogativa mais importante é a de representação dos empregados, em sentido geral, nas suas bases trabalhistas, tendo em vista que são as partes mais fragilizadas em uma relação de trabalho.

Assim, os sindicatos devem ser criados de acordo com as normas vigentes com a finalidade de cumprirem com a função social de representação de seus associados em face dos empregadores, para conseguirem uma melhor negociação entre as partes envolvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A palavra sindicato tem origem no latim e no grego. Do latim, “**sindicus**” é denominado: procurador escolhido para defender os direitos de uma corporação; do grego, “**syn-dicos**” é aquele que defende a justiça. Deste modo, podemos sempre relacionar o sindicato à noção de defesa de uma coletividade. Se trata de uma associação estável de trabalhadores que se reuniram a partir do momento em que houve uma constatação de problemas ou necessidades em comum.

Entretanto o sindicalismo analisado como movimento social não é estático, devendo estar sempre em transformação para criar novas formas de ação e organização para acompanhar também o desenvolvimento da sociedade.

Leôncio Martins Rodrigues<sup>27</sup> afirma que cada vez mais os sindicatos possuem uma queda do número e da proporção de trabalhadores filiados. E isso acaba acarretando o enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como fator político.

Para o autor<sup>28</sup> o declínio das taxas de sindicalização está relacionado com a diminuição das greves a partir da década dos anos 70. Para efetivar a força do sindicalismo, o instrumento mais comum é a greve, pois assim as lideranças sindicais conseguem causar algum prejuízo aos empregadores e ao governo. Assim, nas democracias, para se alcançar esse prejuízo é utilizada a técnica de paralisação das atividades econômicas.

Leôncio Martins Rodrigues<sup>29</sup> prevê três possíveis possibilidades para o destino do sindicalismo diante da diminuição do número de filiados, do declínio financeiro das grandes centrais e organizações sindicais e da redução de eleitores sindicalizados. A primeira é a liquidação total do sindicalismo em virtude de não conseguir adentrar nas novas profissões e atividades econômicas emergentes. A segunda seria a persistência do sindicalismo, mas não podendo atuar politicamente com tanta força e ilimitadamente igual antes. Já na terceira

---

<sup>27</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*, Rio de Janeiro, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 1.

<sup>28</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*, Rio de Janeiro, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 112.

<sup>29</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*, Rio de Janeiro, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 300.

possibilidade, o sindicalismo se renovaria, adaptando-se às novas modalidades de produção e atividades econômicas.

Como conclusão o mesmo autor<sup>30</sup> afirma que a formação de um novo sindicalismo não depende exclusivamente de mudanças no sistema produtivo, mas de várias outras mudanças difíceis de prever. E que para os próximos anos, os sindicatos deverão combater a partir dos terrenos em que se consolidaram, pois são essas estruturas que estão sendo atacadas pela mudança.

De acordo com Iram Jácome Rodrigues e José Ricardo Ramalho<sup>31</sup> não se pode dizer que o sindicalismo está em fase terminal, mesmo com os indícios de uma crise na instituição sindical. Assim, para superar tal crise, a instituição sindical deve voltar sua atenção às condições de trabalho e conjuntamente se preocupar com as demandas individuais e coletivas dos trabalhadores.

Para os autores<sup>32</sup> a manutenção da densidade sindical é explicada pelo aumento do sindicalismo rural, pois os trabalhadores assalariados representam 15% e os que não são assalariados representam um percentual de 31% dos sindicalizados no campo. Assim, o meio rural que mantém a taxa de sindicalização razoavelmente estável no país.

A revisão histórica mostrou, de maneira geral, que o sindicalismo rural no Brasil se iniciou em 1960 e em 1961 foi um ano marcado pelas lutas. Em 1964 devido ao golpe militar, os trabalhadores tiveram seus direitos drasticamente reduzidos, tendo em vista o regime de exceção. Devido a esse fato, os movimentos sociais surgiram, tendo como precursores o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as Ligas Camponesas.

A análise feita neste trabalho apresentou também que o sindicalismo rural possibilitou a criação de trabalho, renda e melhores condições de vida no meio rural, entretanto sempre haverá desafios para continuar nessa luta pela reforma agrária no Brasil e possibilitar uma vida digna no campo.

---

<sup>30</sup> RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*, Rio de Janeiro, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 301.

<sup>31</sup> RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. *Novas configurações do Sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados*. Contemporânea, v. 4, n. 2, p. 381-403, Jul. – Dez. 2014, p. 5.

<sup>32</sup> RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. *Novas configurações do Sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados*. Contemporânea, v. 4, n. 2, p. 381-403, Jul. – Dez. 2014, p. 11.

A luta sempre esteve presente na vida dos trabalhadores rurais do Brasil. Diante das mais duras situações eles conseguiram importantes vitórias. Entretanto enquanto houver bases de exploração, eles continuarão lutando para mudar suas condições de vida. (FERNANDES, 1997, p. 70).



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Sindicatos Sindicalismo*, São Paulo, LTr, 1992.

DURAND, Paul. *Traité de Droit du Travail*, Dalloz, 1947.

VADE MECUM. Coordenação Darlan Barroso e Marco Antonio Araujo Junior, Revista dos Tribunais, 2013.

BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de Direito do Trabalho*, São Paulo, LTr, 2009.

FERNANDES, Otávia. *A questão Agrária no Brasil*, ensaio sobre as lutas sociais no meio rural, Minas Gerais, Sinpro, 1997.

ABRAMOWICZ, Betty Schifnagel. *O que todo cidadão precisa saber sobre Greves*, São Paulo, Global, 1986.

Engels, Friedrich. Marx, Karl. *Sindicalismo*, São Paulo, Ched Editorial, 2ª edição, 1981.

BOITO JUNIOR, Armando. *O Sindicalismo Brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 1991.

ACERBI, Sandra Mara Semann. *Sindicato Rural, Administração e Serviços*, São Paulo, LTr, 1995.

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto; MARTINS, Melchíades Rodrigues. VIDOTTI, Tarcio José. *Direito do Trabalho Rural*, São Paulo, LTr, 1998.

GIRARDI, E. P. *Atlas da questão agrária brasileira*. Disponível em:

<<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Eduardo%20Paulon%20Girardi.pdf>>. Acesso em: 05/01/2016.

STEIN, L. M. *Trabalhismo, círculos operários e política: a construção do sindicato de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954 a 1964)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*, Rio de Janeiro, Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo. *Novas configurações do Sindicalismo no Brasil? Uma análise a partir do perfil dos trabalhadores sindicalizados*. *Contemporânea*, v. 4, n. 2, p. 381-403, Jul. – Dez. 2014.

LERRER, Débora Franco. *A militância como devoção: A primeira geração de militantes do MST*. Cadernos CERU, série 2, v. 20, n. 2, dezembro de 2009. P. 159. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/ceru/cadernos/>. Acesso em: 08/01/2016.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Iniciação ao direito do trabalho*. 31.ed. São Paulo: LTr, 2005.